

Consórcio  
Energético  
Cruzeiro do Sul

**Informações contábeis  
intermediárias em 30 de  
setembro de 2019**

# Conteúdo

<b>Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto</b>	<b>6</b>
<b>Notas explicativas às informações contábeis intermediárias</b>	<b>7</b>



KPMG Auditores Independentes  
The Five East Batel  
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel  
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil  
Telefone +55 (41) 3304-2500  
kpmg.com.br

# Relatório sobre a revisão de informações contábeis intermediárias

Ao Conselho de Administração e Quotistas do  
Consórcio Energético Cruzeiro do Sul  
Curitiba - Paraná

## Introdução

Revisamos o balanço patrimonial do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul ("Consórcio") em 30 de setembro de 2019 e a respectiva demonstração dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A Administração do Consórcio é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil Normas e Procedimentos Contábeis (NPC) do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul ("manual"). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

## Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

## Base de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e restrição sobre distribuição ou uso

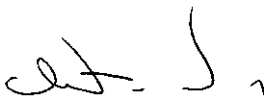
Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às informações contábeis intermediárias, que descreve a base contábil dessas informações contábeis intermediárias, elaboradas com base no manual contábil "Normas e Procedimentos Contábeis – NPC" do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul. Conseqüentemente, as informações contábeis intermediárias podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se, exclusivamente, para utilização e informação da administração do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul e das consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. e Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil - CGT Eletrosul, e não deve ser distribuído ou utilizado por outras partes que não essas Companhias. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

## Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Consórcio em 30 de setembro de 2019 e os seus fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data de acordo com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil Normas e Procedimentos Contábeis (NPC) acima mencionado.

Curitiba, 04 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-PR



Edson Rodrigues da Costa  
Contador CRC PR-054199/O-0

## Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

### Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30.09.2019	31.12.2018
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.301	1.358
Cauções e depósitos vinculados	5	20.637	26.045
Créditos com consorciadas	6	2.209	2.094
Créditos entre consorciadas	7	199	1.671
Créditos das consorciadas	8	52.787	52.675
Outros créditos		2.231	3.138
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>79.364</b>	<b>86.981</b>
<b>Não circulante</b>			
Cauções e depósitos vinculados	5	34.555	33.250
Créditos das consorciadas	8	443.016	498.932
Imobilizado	9	1.333.561	1.378.131
Intangível	10	19.440	20.078
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.830.572</b>	<b>1.930.391</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.909.936</b>	<b>2.017.372</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	2.209	2.094
Débitos com consorciadas	12	24.169	30.541
Débitos entre consorciadas	13	199	1.671
Financiamentos	14	50.274	50.227
Concessões a pagar	15	2.513	2.448
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>79.364</b>	<b>86.981</b>
<b>Não circulante</b>			
Débitos com consorciadas	12	34.555	33.250
Financiamentos	14	359.821	395.417
Concessões a pagar	15	30.266	29.978
Provisão para contingências	16	52.929	73.537
Quotas de consorciadas	17	1.353.001	1.398.209
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.830.572</b>	<b>1.930.391</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1.909.936</b>	<b>2.017.372</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método direto

Períodos de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 e 2018

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

	30.09.2019	30.09.2018
<b>Atividades operacionais</b>		
Pagamentos a fornecedores	(2.841)	(2.288)
Aportes para recomposição do caixa pelas consorciadas	<u>2.811</u>	<u>2.687</u>
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>(30)</u>	<u>399</u>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aplicação de investimento no Projeto Mata Atlântica	(6.337)	(39.570)
Resgate de cauções e depósitos vinculados e fundos de investimentos	<u>6.310</u>	<u>39.633</u>
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento</b>	<u>(27)</u>	<u>63</u>
<b>Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(57)</u>	<u>462</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>1.358</u>	<u>1.193</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u><u>1.301</u></u>	<u><u>1.655</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## **Notas explicativas às informações contábeis intermediárias**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (“Consórcio ou Entidade”) é um empreendimento constituído por meio de contrato celebrado em 28 de novembro de 2006 pelas Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. (“Copel Geração e Transmissão”) (51%) (empresa líder) e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (“Eletrosul”) (49%). Em 10 de outubro de 2006, por meio do Leilão de Energia Nova Aneel nº 004/06, conquistou concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Mauá, com potência instalada de 363 MW, com prazo de 35 anos a partir de 03 de julho de 2007, data da assinatura do contrato. O empreendimento é constituído por uma casa de força principal de 352 MW e por uma casa de força complementar de 11 MW, totalizando 363 MW de potência instalada, a partir do aproveitamento energético inventariado no trecho médio do rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região Centro - Leste do Estado do Paraná.

Conforme o Despacho nº 2923/2016 - Aneel, relativo ao processo nº 48500.001499/2007-62, a Usina Hidrelétrica Mauá (UHE Mauá), cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UHE.PH.PR.029598-1.01, passou a se chamar Usina Hidrelétrica Governador Jayme Canet Júnior (UHE GJC).

### **2 Apresentação das informações contábeis intermediárias**

As informações contábeis intermediárias apresentadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis estabelecidas no manual contábil da Entidade denominado “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” as quais não exigem a divulgação da demonstração das mutações do patrimônio líquido e da demonstração de resultado, tendo em vista que para a natureza da Entidade (“Consórcio”) não existem receitas e despesas próprias a serem apresentadas (Vide nota explicativa 3(g)).

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Administração do Consórcio em 04 de março de 2020. Após a sua emissão, somente as consorciadas têm o poder de alterar as informações contábeis intermediárias.

### **3 Sumário das principais práticas contábeis - NPC**

#### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

#### **b. Cauções e depósitos vinculados**

Representam as aplicações financeiras mantidas para pagamentos específicos. Os saldos são mantidos até o total cumprimento de determinadas obrigações contratuais e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado das consorciadas.

**c. Ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Os ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são reduzidos mediante provisão aos seus valores prováveis de realização. Os passivos, circulante e não circulante, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

Os demais ativos, circulante e não circulante, quando aplicável, são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos.

**d. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição deduzido da depreciação acumulada. Os bens do imobilizado são contabilizados pelo valor total de aquisição, devendo corresponder às respectivas participações das Consorciadas Copel (51%) e Eletrosul (49%), conforme determina a Portaria Aneel nº 815, de 30 de novembro de 1994, complementada pela Resolução Aneel nº 015, de 24 de dezembro de 1997. No passivo não circulante, na rubrica Quotas de consorciadas, consta a contrapartida do mesmo valor, de acordo com os percentuais de participação de cada Consorciada.

Os encargos financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, conforme nota explicativa 9.

**(ii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados conforme o método definido pelas Consorciadas. O reflexo da depreciação calculada pelas Consorciadas é reconhecido nas quotas das respectivas consorciadas, conforme nota explicativa 9.

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado, como mudança de estimativas contábeis.

**e. Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Entidade, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes. As evidências consideradas devem incluir qualquer evidência adicional fornecida por eventos subsequentes à data do balanço.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.



**f. Concessões a pagar - uso do bem público**

Correspondem aos valores estabelecidos no contrato de concessão relacionados ao direito de exploração do potencial de energia hidráulica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público - UBP. O registro contábil é efetuado na data da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato e correspondem aos valores de obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros). O registro inicial origina um passivo (obrigação da Entidade) e um ativo intangível (direito de concessão), o qual está refletido na rubrica Quotas de consorciadas. Posteriormente, o passivo é atualizado pelo método da taxa de juros efetiva e reduzido pelos pagamentos contratados e o intangível amortizado pelo prazo de concessão.

**(i) Intangível**

Buscando refletir adequadamente a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores da concessão foram registrados no Ativo Intangível em contrapartida da rubrica Quotas de consorciadas.

**(ii) Amortização**

Os valores relativos ao uso de bem público decorrentes do contrato de concessão estão demonstrados ao custo amortizado e atualizados conforme dispõe o contrato.

**g. Receitas e despesas**

A receita de venda de energia elétrica, assim como os custos operacionais da Entidade, são registrados contabilmente diretamente nos livros contábeis das Consorciadas, exceto pela depreciação e amortização que são registradas como redutoras das Quotas de Consorciadas, conforme nota explicativa 9 e 10, e dos rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como créditos em Débitos com as consorciadas, conforme nota explicativa 4 e 5. Em função destas práticas, a Entidade não apura demonstração de resultados.

**h. Demonstração do fluxo de caixa**

Em 1º de setembro de 2019 o manual contábil da Entidade foi atualizado em relação ao método de apresentação da demonstração do fluxo de caixa alterando de método indireto para o método direto, conseqüentemente, a demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 apresentado para fins comparativos estão sendo apresentadas pelo método direto.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	30.09.2019	31.12.2018
Caixa e bancos conta movimento	10	10
Aplicações financeiras de liquidez imediata	<u>1.291</u>	<u>1.348</u>
	<u>1.301</u>	<u>1.358</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Conforme estabelecido no manual contábil "Normas e Procedimentos Contábeis - NPC" os rendimentos das aplicações financeiras são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas na rubrica Débitos com consorciadas.

## 5 Cauções e depósitos vinculados

	Circulante	
	30.09.2019	31.12.2018
Certificado de depósito bancário – CBD (a)	20.637	26.045
	20.637	26.045
	Não circulante	
	30.09.2019	31.12.2018
Certificado de depósito bancário – CBD (b)	34.555	33.250
	34.555	33.250

- (a) Caução bancária – Lei da Mata Atlântica: Conforme anuência do IAP, Ofício nº 690/2018 IAP/GDP de 13/09/2018, foram iniciados os resgates dos valores em garantia para aquisição de áreas vinculadas a Lei da Mata Atlântica, condicionante da Licença de Operação nº 27.431 da UHE GJC, na região de Serra Grande, margem esquerda do Rio Tibagi a montante da usina.
- (b) Caução bancária – Reserva Legal: Aguarda anuência do IAP para a movimentação ou devolução ao Consórcio. A isenção ou eventual obrigação de averbar a Reserva Legal será definida administrativamente junto ao IAP ou judicialmente, considerando o advento da Lei nº 12.651/2012.

### **Lei da Mata Atlântica (artigo 17 da Lei nº 11.428/2006) e Reserva Legal**

Por ocasião da supressão vegetal de áreas no bioma Mata Atlântica na região dos municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba (PR) para a formação do reservatório da UHE GJC, em 17 de fevereiro de 2011 foi firmado um Termo de Compromisso Ambiental entre Instituto Ambiental do Paraná – IAP e CECS visando garantir o atendimento do artigo 17 da Lei nº 11.428/2006.

Desse modo, no ano de 2012 o órgão ambiental condicionou a emissão da autorização para enchimento do reservatório da usina mediante a constituição de caução bancária, o qual foi efetivada pelo CECS através da aquisição de Certificados de Depósitos Bancários – CDBs custodiados pelo Banco do Brasil S.A. por intermédio de Contratos de Prestação de Serviços de Administração de Contas e/ou Garantias, para atendimento da referida Lei da Mata Atlântica e eventual necessidade de averbação da Reserva Legal referentes às áreas desapropriadas para a formação do canteiro de obras, reservatório e Área de Preservação Permanente no entorno do reservatório.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB possuem remuneração atrelada à variação do CDI realizadas em instituições financeiras consideradas de 1ª linha.

Conforme estabelecido no manual contábil “Normas e Procedimentos Contábeis - NPC” os rendimentos das cauções e depósitos vinculados são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas na rubrica Débitos com consorciadas.

## 6 Créditos com consorciadas

	30.09.2019	31.12.2018
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.127	1.068
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	1.082	1.026
	2.209	2.094

Referem-se às aquisições por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas. No passivo circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Fornecedores” até que tais débitos sejam liquidados.

## 7 Créditos entre consorciadas

	30.09.2019	31.12.2018
Copel Geração e Transmissão S.A.	199	935
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	-	736
	199	1.671

São créditos mantidos com as Consorciadas Copel Geração e Transmissão S.A. e Eletrosul Centrais Elétricas S.A., referentes às aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos repasses dos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como são gastos registrados que foram efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE GJC e que farão parte do encontro de contas. No passivo circulante constam os mesmos valores contabilizados em “Débitos entre Consorciadas” até que tais débitos sejam liquidados.

## 8 Créditos das consorciadas

	Circulante		Não circulante	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Financiamentos BNDES – Copel	24.212	24.194	173.316	190.457
Financiamentos BNDES – Eletrosul	26.062	26.033	186.505	204.960
Provisão para contingências – Copel	-	-	26.994	37.504
Provisão para contingências – Eletrosul	-	-	25.935	36.033
Concessões a pagar – Copel	1.263	1.230	15.624	15.480
Concessões a pagar – Eletrosul	1.250	1.218	14.642	14.498
	52.787	52.675	443.016	498.932

A rubrica agrupa os valores dos encargos financeiros e principal a serem pagos dos Contratos de Repasses de Recursos do BNDES, as provisões para contingências e os valores da outorga onerosa da concessão, pelo uso do bem público. No passivo circulante e não circulante constam os respectivos valores subdivididos nas rubricas “Financiamentos”, “Provisão para Contingências” e “Concessões a Pagar”.

## 9 Imobilizado

	30.09.2019		31.12.2018	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	151.920	(34.347)	117.573	121.435
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	(187.459)	637.713	658.171
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	(52.457)	177.212	183.054
Máquinas e equipamentos	524.235	(123.787)	400.448	414.806
Moveis e utensílios	1.058	(443)	615	665
	1.732.054	(398.493)	1.333.561	1.378.131

Os valores contabilizados nas rubricas do Imobilizado estão assim representados:

- **Terrenos:** Custos de indenização aos proprietários das áreas desapropriadas.
- **Reservatórios, barragens e adutoras:** Custos de construção do reservatório, barragem, adutoras e vertedouros.
- **Edificações, obras civis e benfeitorias:** Custo das edificações permanentes destinadas ao abrigo, suporte e proteção de propriedades ou pessoas, inclusive casa de força.
- **Máquinas e equipamentos:** Custos de aquisição relativos a máquinas e equipamentos eletromecânicos do sistema de geração e transmissão da usina.
- **Depreciação acumulada:** Conta redutora do ativo imobilizado que agrupa os valores das depreciações registradas nas Consorciadas.
- **Encargos financeiros BNDES:** Custos dos encargos financeiros dos financiamentos das máquinas e equipamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal, os quais compreendem os repasses indiretos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) por intermédio do agente financeiro, Banco do Brasil, e os repasses diretos mediante a abertura de crédito com o BNDES. Tais valores contabilizados no imobilizado em andamento a título de Encargos Financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada e não correspondem ao percentual das respectivas participações, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- **Depreciação:** As Consorciadas (Copel e Eletrosul) consideram que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão do empreendimento UHE GJC, do valor residual dos bens que integram o projeto original. Esta interpretação esta fundamentada na lei nº 8.987/95 e no Decreto nº 2.003/96. Dessa forma a partir da entrada em operação desses ativos, a depreciação é realizada com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão. Conforme previsto nos contratos de concessão, os investimentos posteriores e não previstos no projeto original, desde que aprovados pelo Poder Concedente e ainda não amortizados serão indenizados ao final do prazo das concessões, logo estes ativos serão depreciados com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

As depreciações contabilizadas nas Consorciadas são registradas na Entidade na rubrica “Depreciação acumulada”, conta redutora do Ativo Imobilizado, e em contrapartida na rubrica “Reintegração Acumulada”, conta redutora do Quotas de Consorciadas.

## Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 31.12.2018	Adições	Saldo em 30.09.2019
<i>Imobilizado em serviço:</i>			
Terrenos	151.920	-	151.920
Reservatórios, barragens e adutoras	825.172	-	825.172
Edificações, obras civis e benfeitorias	229.669	-	229.669
Maquinas e equipamentos	524.235	-	524.235
Móveis e utensílios	1.058	-	1.058
(-) Depreciação acumulada	<u>(353.923)</u>	<u>(44.570)</u>	<u>(398.493)</u>
	<u>1.378.131</u>	<u>(44.570)</u>	<u>1.333.561</u>

As adições no imobilizado em serviço, mais especificamente em depreciação acumulada, referem-se aos valores das depreciações registradas nas Consorciadas.

## 10 Intangível

	30.09.2019		31.12.2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Copel Geração e Transmissão S.A.	12.905	(2.972)	9.933	10.259
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>12.352</u>	<u>(2.845)</u>	<u>9.507</u>	<u>9.819</u>
	<u>25.257</u>	<u>(5.817)</u>	<u>19.440</u>	<u>20.078</u>

Valores da outorga onerosa da concessão, relativos ao uso de bem público, demonstrados ao custo amortizado. Os valores foram ajustados a valor presente, com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

As amortizações contabilizadas nas Consorciadas são registradas na Entidade na rubrica “Amortização acumulada”, conta redutora do Ativo Intangível, e em contrapartida na rubrica “Reintegração Acumulada”, conta redutora do Quotas de Consorciadas.

### Movimentação do ativo intangível:

	Saldo em 31.12.2018	Adições	Saldo em 30.09.2019
<i>Intangível em serviço:</i>			
Uso de bens públicos - Copel	12.905	-	12.905
Uso de bens públicos - Eletrosul	12.352	-	12.352
(-) Amortização acumulada	<u>(5.179)</u>	<u>(638)</u>	<u>(5.817)</u>
	<u>20.078</u>	<u>(638)</u>	<u>19.440</u>

As adições no intangível em serviço, mais especificamente em amortização acumulada, referem-se aos valores das amortizações registradas nas Consorciadas.

## 11 Fornecedores

	<b>30.09.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Copel Geração e Transmissão S.A.	1.127	1.068
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>1.082</u>	<u>1.026</u>
	<u>2.209</u>	<u>2.094</u>

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas das aquisições realizadas por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos ainda não foram efetuados pelas Consorciadas.

## 12 Débitos com consorciadas

	<b>Circulante</b>	
	<b>30.09.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Copel Geração e Transmissão S.A.	12.436	15.685
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>11.733</u>	<u>14.856</u>
	<u>24.169</u>	<u>30.541</u>
	<b>Não Circulante</b>	
	<b>30.09.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Copel Geração e Transmissão S.A.	17.623	16.958
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>16.932</u>	<u>16.292</u>
	<u>34.555</u>	<u>33.250</u>

Os valores contabilizados nesta rubrica referem-se ao montante relativo ao aporte de caixa efetuado pelas Consorciadas registradas a caixa e equivalentes de caixa, reembolsado mediante apresentação dos comprovantes de pagamentos, cauções e depósitos vinculados e os rendimentos das aplicações financeiras que são registrados como valores a serem restituídos às consorciadas.

## 13 Débitos entre consorciadas

	<b>30.09.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Adiantamentos Copel Geração e Transmissão S.A.	-	736
Adiantamentos Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>199</u>	<u>935</u>
	<u>199</u>	<u>1.671</u>

Os valores contabilizados nessa rubrica abrigam as contrapartidas decorrentes das aquisições para o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, cujos pagamentos foram efetuados por uma única Consorciada, bem como registram gastos efetuados pelas Consorciadas no empreendimento UHE GJC que farão parte do encontro de contas. No ativo circulante constam os mesmos valores contabilizados em "Créditos entre Consorciadas" até que tais créditos sejam liquidados.

## 14 Condições de financiamento do empreendimento

O custo total do empreendimento UHE GJC, constante no Contrato de Repasses de Recursos do BNDES celebrado com o Banco do Brasil, compreende o montante de R\$ 1.069.490 e está distribuído da seguinte forma entre as Consorciadas:

	Vencimento do contrato	Eletrosul		Copel		Total
		Contratado	Juros	Contratado	Juros	Contratado
<b>Financiamento BNDES</b>						
Recursos diretos - BNDES	15/01/2028	182.417	TJLP + 1,81% a.a.	169.500	TJLP + 1,63% a.a.	351.917
Recursos indiretos - Banco do Brasil S.A.	15/01/2028	<u>182.417</u>	TJLP + 2,13% a.a.	<u>169.500</u>	TJLP + 2,13% a.a.	<u>351.917</u>
Total financiamento recursos BNDES		<u>364.834</u>		<u>339.000</u>		<u>703.834</u>
Recursos próprios		<u>159.216</u>		<u>206.440</u>		<u>365.656</u>
Total		<u>524.050</u>		<u>545.440</u>		<u>1.069.490</u>

O pagamento de principal do contrato de financiamento iniciou no mês de março de 2013, exigível mensalmente. Os encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos pelas Consorciadas de recursos diretos e indiretos com o BNDES são contabilizados no Consórcio Energético Cruzeiro do Sul, sendo compostos pelos montantes de juros incidentes sobre o saldo devedor, vinculados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos remanescentes a pagar referentes aos encargos financeiros e da amortização do principal compreendem os seguintes montantes:

	<b>30.09.2019</b>			
	<u>Circulante</u>			<u>Não Circulante</u>
	<b>Encargos</b>	<b>Principal</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Financiamentos BNDES - Copel	578	23.634	24.212	173.316
Financiamentos BNDES - Eletrosul	<u>629</u>	<u>25.433</u>	<u>26.062</u>	<u>186.505</u>
	<u>1.207</u>	<u>49.067</u>	<u>50.274</u>	<u>359.821</u>
	<b>31.12.2018</b>			
	<u>Circulante</u>			<u>Não Circulante</u>
	<b>Encargos</b>	<b>Principal</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Financiamentos BNDES - Copel	632	23.562	24.194	190.457
Financiamentos BNDES - Eletrosul	<u>688</u>	<u>25.345</u>	<u>26.033</u>	<u>204.960</u>
	<u>1.320</u>	<u>48.907</u>	<u>50.227</u>	<u>395.417</u>

## 15 Concessão a pagar / Intangível de concessão

	Circulante		Não circulante	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Copel Geração e Transmissão S.A	1.263	1.230	15.624	15.480
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	1.250	1.218	14.642	14.498
	<u>2.513</u>	<u>2.448</u>	<u>30.266</u>	<u>29.978</u>

O Consórcio tem contrato de concessão oneroso com a União para o uso do bem público para a geração de energia elétrica na usina UHE GJC. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente. Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Entidade ajustou a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

As Consorciadas recolhem à UNIÃO desde a data de entrada em operação comercial da UHE, ocorrida em novembro de 2012, até o 35º ano de concessão inclusive, contados da data de assinatura do contrato de concessão ou enquanto estiver na exploração da UHE, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto de R\$ 1.262.

## 16 Provisão para contingências

	30.09.2019	31.12.2018
Copel Geração e Transmissão S.A.	26.994	37.504
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	25.935	36.033
	<u>52.929</u>	<u>73.537</u>

O Consórcio Energético Cruzeiro do Sul é parte em ações judiciais envolvendo questões da matéria do direito ambiental, civil e patrimonial, relacionadas principalmente à desapropriação de áreas mediante a interposição de medidas judiciais no montante provável de R\$ 32.508 (R\$ 55.084 em 31.12.2018).

No ano de 2017 foi instaurado procedimento arbitral pelo CECS e Consórcio EPC (Construtor) junto à Câmara de Mediação e Arbitragem da Federação das Indústrias do Estado do Paraná – CAMFIEP com intuito de dar apropriada solução aos litígios remanescentes do contrato de fornecimento de bens e serviços para implantação da UHE GJC celebrado na modalidade Engineering, Procurement and Construction – EPC (Engenharia, Suprimentos e Construção). O valor da causa protocolada na CAMFIEP em 30 de junho de 2017 é no montante de R\$ 77.107, sendo o valor de perda provável no montante de R\$ 20.421 (R\$ 18.453 em 31.12.2018).

No primeiro trimestre de 2019 houve redução do valor total provisionado. Substancialmente, o valor da ação de desapropriação nº 068-68.2011.8.16.0122 cadastrada em 15 de fevereiro de 2011 foi atualizado para o montante de R\$ 19.854 (R\$ 44.018 em 31.12.2018), adequando ao valor que consta na decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Os autores alegam supostos prejuízos nas atividades de reflorestamento de madeira tipo “Pinus” em função da implantação do reservatório da usina. Conforme avaliação jurídica, o risco continua provável cabendo interposição de recursos visando redução do valor.



Os encargos de provisão são reconhecidos nas rubricas "Créditos das consorciadas" e "Provisões para contingências". Na opinião da Administração, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados.

#### **Ações de risco possível**

O Consórcio possui ainda ações não provisionadas com risco de perda possível no montante de R\$ 248.784 (R\$ 590.630 em 31.12.2018) relacionadas principalmente ao tema de responsabilidade civil ambiental.

No terceiro trimestre de 2019 a ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, no montante de R\$ 364.006 (R\$ 338.398 em 31.12.2018), de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., foi reclassificada de risco Possível para risco Remoto tendo em vista o trânsito em julgado da sentença que cassou a Concessão de Lavra da parte autora. Trata-se de ação de indenização movida contra o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul cujo fundamento para o pleito é de que a Autora detinha Concessão de Lavra e a construção da Usina inviabilizou atividades de mineração no entorno do Rio Tibagi. No decorrer da instrução processual foi cassada a concessão da Mineradora, sendo essa decisão questionada no Poder Judiciário, que manteve a cassação da concessão.

## **17 Quotas de consorciadas**

	<b>30.09.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Copel Geração e Transmissão S.A	671.213	693.629
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	<u>681.788</u>	<u>704.580</u>
	<u>1.353.001</u>	<u>1.398.209</u>

Agrupam o ativo imobilizado em serviço e intangível na proporcionalidade da participação das Consorciadas no Consórcio Energético Cruzzeiros do Sul, não se aplicando a respectiva proporcionalidade aos:

- Valores contabilizados a título de encargos financeiros dos financiamentos destinados à implantação do empreendimento UHE GJC, que estão demonstrados aos valores registrados em cada Consorciada, considerando-se que os valores contratados são diferentes e seus respectivos encargos possuem taxas de captação de recursos diferenciadas para as duas Consorciadas (Copel e Eletrosul).
- Valores contabilizados a título de máquinas e equipamentos em função da utilização de critérios diferentes pelas Consorciadas no crédito do PIS/COFINS sobre as aquisições.

## 18 Cobertura de seguros

Modalidade / Riscos cobertos	Vigência	Franquia máxima - R\$	Montante da cobertura - R\$
Riscos operacionais			
Danos Materiais	23.11.2012 a 23.11.2019	5.000	342.139
Despesas de Salvamento e contenção de sinistros	23.11.2012 a 23.11.2019	1.000	17.107
Alagamento /Inundação	23.11.2012 a 23.11.2019	1.000	17.107
Desentulho/Remoção de escombros	23.11.2012 a 23.11.2019	-	5.000
Pequenas obras de engenharia para reparos, reformas e ampliação	23.11.2012 a 23.11.2019	1.000	17.107
Roubo e/ou furto qualificado de bens	23.11.2012 a 23.11.2019	-	5.000
Tumultos, greves, lock-out, comoção civil e atos dolosos	23.11.2012 a 23.11.2019	1.000	17.107
Honorários de peritos	23.11.2012 a 23.11.2019	-	1.000
Despesas extraordinárias	23.11.2012 a 23.11.2019	-	11.750

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros de bens do ativo imobilizado e decorrentes das obras de construção da UHE GJC.

  
Rodrigo Cândido Rodrigues  
CRC PR-056403/O-5